

Nº 52 4.5.3.

Reg.

# B A C 8 \* 9

boletim anti-colonial

Agosto - Setembro 1973

## EDITORIAL

De 18 a 22 de Julho passado este ve reunido em território libertado da Guiné o segundo Congresso do PAIGC, no qual participaram 138 observadores e 60 delegados representando "todas as secções, regiões e zonas da organização do Partido, as forças armadas nacionais, as forças armadas locais e os trabalhadores da reconstrução nacional conselheiros regionais e deputados eleitos à Assembleia Nacional Popular."

Além de ter procedido à eleição do novo secretário geral do Partido - Aristides Pereira -, o Congresso deliberou a convocação para este ano da primeira sessão da Assembleia Nacional Popular, cuja primeira missão histórica consistirá em:

- proclamar a independência da Guiné
- constituir um órgão executivo de governo
- adoptar a primeira Constituição da história deste Estado.

Não se julgue que tais decisões são politicamente precipitadas. Longe de exprimirem uma veleidade, elas adquirem consistência à luz de dois factores principais: o crescente poder político e militar do PAIGC no interior; a garantia de um sólido apoio internacional.

Tudo isto significa que, dentro em breve, o colonialismo português se irá deparar com aquela que será talvez a sua maior crise de sempre. Subtilmente, o governo tem preparado a opinião pública para essa crise: Marcelo Caetano limita à África Austral a permanência do império colonial português, a censura do regime deixa passar afirmações ambíguas, eventualmente separatistas, do antigo governador Spínola, enquanto a CUF e o Banco Nacio-

nal Ultramarino distribuem graciosamente as suas possessões locais...

Estará o governo disposto a uma solução negociada? Ou preferirá simular uma "heroica" resistência militar à maneira de Goa em 1961? Qual será o papel do exército em qualquer dos casos?

De momento não temos ainda resposta para estas perguntas. Só sabemos que será uma ocasião de fortes contradições para o regime e um momento particularmente propício para a intervenção da grande corrente anti-colonialista do nosso país.

Será indispensável acompanhar atentamente a nova situação, reclamando a retirada imediata do exército de ocupação, bem como o reconhecimento da independência e soberania do povo da Guiné. Será ainda forçoso impedir que a luta deste povo seja isolada do combate dos povos de Angola e Moçambique. A propaganda governamental poderá utilizar a manobra de considerar a Guiné como um "caso especial", a exigir uma solução "adaptada". Mas o que está em causa é o direito dos povos à independência: a libertação da Guiné faz parte do mesmo processo que conduzirá à libertação de Angola e Moçambique.

Agora que o governo português está no banco dos réus, internacionalmente acusado de ser responsável perante a humanidade da prática de crimes repelentes, é o momento de se manifestar que o povo português repudia esse governo opressor e está solidário com os povos colonizados na sua luta pela liberdade.



# DOCUMENTOS

## OS MASSACRES DE POPULAÇÕES CIVIS

O colonialismo português enfrenta agora, internacionalmente, uma situação nova. Embora continue a contar com o apoio hesitante de alguns governos ocidentais (os interesses económicos a tal obrigam), generalizou-se no estrangeiro a condenação da política africana. A revelação dos massacres em Moçambique esteve na origem desta nova fase.

De há muito que em Portugal circulavam relatos sobre as chacinas de populações civis. Inclusivamente o BAC já tinha editado dois dossiês especiais sobre os crimes de guerra nas colónias portuguesas. Em geral a opinião não foi, entre nós, apanhada de surpresa - muita coisa se sabia ou se adivinhava através do que contavam os que vinham da guerra (ou dos seus silêncios significativos).

Efectivamente, Wiriyamu não foi uma excepção nem um abuso isolado. Seria interminável a lista dos casos bem identificados em que se conhecem massacres praticados pelo exército colonial. Ainda antes do início da guerrilha, os portugueses mataram em 3 de Agosto de 1959, em Pidjiguiti, 50 estivadores do porto de Bisau que faziam uma greve; em 16 de Junho de 1960, em Mueda no norte de Moçambique, liquidaram com metralhadoras e granadas 500 trabalhadores que se concentraram junto ao palácio do governador protestando contra os baixos salários; em Fevereiro de 1961 bombardearam com napalm a Baixa do Cassange em Angola causando mais de 5.000 vítimas. E depois, por exemplo, em 1967, destruíram uma aldeia, 190 milhas a leste de Luanda, matando 30 homens, mulheres e crianças; de Março de 68 até Janeiro de 69 conhecem-se numerosos massacres na região do Lago Dilolo, perto de Teixeira de Sousa, bem como perto do Negage; de Outubro a Dezembro de 1969 chacinaram na Guiné, com napalm, as populações das aldeias de Saara, Morés, Cubucaré, etc.; na região de Cabo Delgado, ao longo do ano de 69, praticaram o enforcamento sistemático de prisioneiros, num total de 400; de 5 de Fevereiro a 5 de Maio de 72, novamente na Guiné, foram dizimadas com napalm as aldeias de Gates, Gal, Ponta Nova, Bessunha, Cinara, etc. E muitos, muitos outros bem documentados de que se conhecem as datas, a localização, os nomes dos responsáveis. Enfim, a chacina de populações indefesas é prática habitual da repressão colonialista.

Considerando que tais factos são conhecidos, este número do BAC não transcreve nenhum relato de massacres, mas procura somente fornecer elementos que situem com rigor a informação de que já se dispõe, tentando enquadrá-la politicamente.

Mas sobretudo é preciso ter em conta que as desumanidades agora divulgadas são apenas uma faceta da repressão colonial no seu conjunto, toda ela ao serviço da exploração económica.

## CRONOLOGIA dos FACTOS

### 10 de Julho

- O padre Adrian Hastings denuncia no Times o massacre de Wiriyamu.
- O correspondente em Madrid do Mon de confirma os massacres citando testemunhas oculares.
- A oposição britânica pede a anulação da visita de Caetano a Londres. Os partidos Trabalhista e Liberal decidem boicotar a visita.
- A Aliança Internacional dos Sindicatos Livres, em Bruxelas, organização que agrupa 115 associações sindicais de 90 países, envia um telegrama a Kurt Waldheim reclamando um inquérito.

### 11 de Julho

- Primeiro desmentido oficial do go

verno português.

- Conferência de Imprensa do Prof. Alessandrini, porta-voz do Vaticano: "Posso dizer que a Santa Sé, através do seu representante em Lisboa, interveio várias vezes para pedir informações e exprimir a sua condenação. Também intervieram os Bispos de Moçambique".

- A Liga suíça dos direitos do homem e outras 5 organizações locais reclamam que seja cancelada a presença de Portugal na próxima Feira internacional de Lausana.

### 12 de Julho

- O P. Théo Van Hasten, superior geral dos Padres Brancos, confirma os massacres

f.s.b.



em Moçambique durante uma conferência de imprensa em Roma.

- Artigo do Osservatore Romano, segundo o qual a Santa Sé encarregou o Núncio em Lisboa "de recolher informações e de renovar a condenação de todas as formas de violência". Acrescenta: "Unimo-nos também nós à firme denúncia de todos os actos de abuso e de violência".

- Kurt Waldheim convoca o representante português junto da ONU para lhe exprimir a sua inquietação.

- O Sr. Salim da Tanzânia, presidente do Comité de Descolonização da ONU, corrobora as acusações tornadas públicas.

- A secção britânica da Amnesty International exige a abertura dum inquérito internacional.

13 de Julho

- Em Dar-Es-Salaam, a Frelimo divulga um comunicado em que confirma a realidade dos massacres de Wiriyamu, mostrando como não são um facto isolado.

- O quotidiano italiano Il Giorno transcreve as revelações de Hastings, dá grande relevo às afirmações dos Padres Brancos e comenta a condenação do Vaticano.

14 de Julho

- Haia: o primeiro ministro holandês Joop Den Uyl lança um apelo aos restantes membros da NATO para que se abstenham rigorosamente de fornecer armas a Lisboa.

- Krister Wickman, ministro sueco dos negócios estrangeiros, solicita uma reunião urgente do Comité de Descolonização da ONU. O governo sueco anuncia que eleva de 2 para 4 milhões de coroas o auxílio à Frelimo.

- Roma: o deputado democrata-cristão Carlo Fracanzari, secretário da comissão parlamentar dos negócios estrangeiros, interpela o governo italiano sobre a sua posição face ao governo português. Vários Conselhos comunais e regionais italianos aprovam moções de condenação a Portugal.

- Comunicado conjunto das três grandes centrais sindicais italianas (CGIL, CISL, UIL) condenando o regime fascista de Lisboa e defendendo a independência das colónias portuguesas.

- O jornal inglês "The Guardian" relata depoimentos de uma testemunha ocular de massacres praticados em Angola em 1967.

15 de Julho

- Primeira grande manifestação em

Londres contra a política portuguesa.

- O Papa, em Castelgandolfo, refere-se aos "dramas atrozes que o homem ainda consoma sobre o homem, oprimido e surpreendido por desumana delinquência".

- O P. Franzoni, abade de S. Paulo fora de muros, em Roma, pede numa pregação que seja abolida a Concordata entre o Vaticano e Portugal.

- O "Corriere della Sera", jornal conservador de Milão, publica uma carta dirigida a seus pais pelo missionário italiano Leonello Bettini, o qual conta a sua experiência numa zona vizinha de Tete.

- "The Observer" denuncia novos massacres praticados em Moçambique nos finais de 1972.

- "The Sunday Times" publica uma entrevista com o padre português Luís Afonso da Costa, antigo missionário em Moçambique.

16 de Julho

- Chegada de Caetano a Londres.

- O episcopado católico da Inglaterra e do País de Gales distribui um comunicado em que pede "uma imediata e imparcial investigação".

- Vinte e quatro personalidades católicas holandesas dirigem uma carta ao Cardeal Maurice Roy, protestando contra o apoio da Igreja à política portuguesa.

- O "Financial Times" confirma o massacre de Wiriyamu.

- O "Corriere della Sera" publica o testemunho do missionário italiano Amedeo Brunelli, regressado da Guiné, cuja situação expõe com grande pormenor.

17 de Julho

- Londres: debate na Câmara dos Comuns sobre a política colonial portuguesa.

- O Conselho Mundial das Igrejas pede um inquérito à ONU.

- A BBC-TV emite uma entrevista com o ex-capitão do exército português Jaime Morais, exilado político na Suécia.

- O jornal comunista italiano L'Unità publica o testemunho do P. Luís Afonso da Costa sobre os massacres em Moçambique.

- Le Monde publica um novo artigo do seu correspondente em Madrid, renovando e precisando as acusações contra as tropas portuguesas, com base em depoimentos de missionários espanhóis.

- O partido social-democrata da Alemanha Federal convida um dirigente da Frelimo a visitar Bona.

#### 18 de Julho

- O governo dinamarquês propõe um inquérito por um organismo internacional imparcial. No mesmo sentido se pronuncia o ministro holandês dos negócios estrangeiros.

- O Times publica depoimentos de padres espanhóis que falaram com sobreviventes de Wiriyamu no dia seguinte ao do massacre.

- Le Figaro publica um primeiro grande artigo de reportagem sobre Moçambique.

#### 19 de Julho

- Caetano regressa a Lisboa. Em São Bento, manifestação organizada pelas Câmaras municipais e Casas do Povo (viagens gratuitas e oferta de 100\$00 por pessoa).

- Debate no Bundestag da Alemanha Federal. Wille Peiter, deputado social-democrata, apresenta uma moção convidando o governo a tomar posição.

- O "Daily Telegraph" publica uma entrevista com o bispo de Tete.

- "La Stampa" publica um longo artigo assim intitulado: "Fugas em massa de Portugal para evitar a guerra colonial - 10.000 soldados desertaram, 70.000 jovens estão expatriados para escaparem ao serviço militar".

#### 20 de Julho

- Kurt Waldheim lança um apelo a Portugal para que estabeleça negociações com vista à solução pacífica do conflicto em Moçambique.

- O jornal belga "Le Soir" publica numa página inteira um artigo intitulado "Sangue e revolta no último império colonial".

#### 22 de Julho

- Falando aos peregrinos em Castelgandolfo, o Papa refere-se implicitamente aos massacres e exprime o seu apoio aos missionários acusados de terem ideias de esquerda.

- Os padres Verdijk e Pijnenburg denunciam, numa emissão radiofónica holandesa, a existência de massacres em Angola.

- Manifestação junto ao Consulado português do Luxemburgo.

#### 23 de Julho

- Kaúlza de Arriaga despede-se das suas funções de Comandante-Chefe das Forças armadas em Moçambique.

- 13 organizações francesas (partidos políticos, sindicatos, associações diversas) escrevem ao ministro dos es-

trangeiros Michel Jobert pedindo-lhe que tome medidas imediatas para que cesse o auxílio francês a Portugal.

- O semanário italiano "Gente" publica uma longa entrevista com o P. Piero Gheddo, o qual relata com grande precisão massacres praticados entre 4/5/71 e 20/3/72.

#### 24 de Julho

- Michael Knipe, enviado especial do Times, é expulso de Moçambique.

#### 25 de Julho

- O General Basto Machado é nomeado para substituir Kaúlza de Arriaga.

- Erhard Eppler, ministro alemão da Cooperação Económica, critica severamente a política portuguesa em África.

- Explosão de uma bomba no Consulado português de Port of Spain - Trinidad.

#### 26 de Julho

- "Conversa em Família" de Caetano.

- Peter Pringle, enviado especial do Sunday Times, é expulso de Moçambique.

#### 28 de Julho

- Visita de Agostinho Neto à Bélgica onde é recebido pelo Cardeal Suenens e por personalidades socialistas.

- Um grupo de cristãos da Beira escreve aos bispos de Moçambique acusando-os de não denunciarem injustiças graves e de estarem solidários com as autoridades civis e militares.

#### 2 de Agosto

- Atentado contra o Consulado português em Cardiff, no País de Gales.

#### 3 de Agosto

- O governo holandês proíbe a entrada no porto de Amsterdão a uma esquadra da NATO de que faz parte uma fragata portuguesa.

#### 5 de Agosto

- O Sunday Times publica um longo artigo do seu enviado a Moçambique, relatando a sua conversa com um dos sobreviventes de Wiriyamu.

#### 6 de Agosto

- Uma delegação da Frelimo visita a Alemanha Federal a convite do partido social-democrata.

- A organização internacional Pax Christi lança um apelo à ONU e ao Vaticano em favor dos sobreviventes de Wiriyamu.

Y.S.B.

7 de Agosto

- Nova condenação da política colonial portuguesa na Comissão de Descolonização das Nações Unidas.

10 de Agosto

- Em Ottawa, durante a Conferência da Comunidade Britânica, grande número de dirigentes africanos exige medidas duras contra Portugal.

18 de Agosto

- O Cardeal Alfrink escreve ao bispo de Tete apelando para a sua responsabilidade. No mesmo sentido, todo o episcopado holandês se dirige à Comissão Justiça e Paz do Vaticano.

22 de Agosto

- Pequeno atentado contra a Embaixada portuguesa em Haia.

24 de Agosto

- Em Genebra, o Conselho Mundial das Igrejas decide alargar o boicote finan-

ceiro às empresas que investem capitais na África Austral e nas colónias portuguesas.

25 de Agosto

- É expulso de Moçambique um dos missionários de Burgos, por ter posto a salvo um rapaz de 14 anos, sobrevivente de wiriyamu, testemunha directa dos massacres.

29 de Agosto

- O general Spínola é substituído pelo general Bettencourt Rodrigues nos cargos de governador e comandante militar de Bissau.

31 de Agosto

- São expulsos de Moçambique mais dois padres espanhóis, um deles o P. Gomes, superior regional dos missionários de Burgos.

4 de Setembro

- Argel: os movimentos de libertação na Conferência dos países não alinhados.

OS ACONTECIMENTOS EM MOÇAMBIQUE



Artigo publicado no Sunday Times de 15 de Julho passado. É um texto de grande rigor informativo e tem o carácter de síntese global dos acontecimentos.

A aldeia de Wiriyamu, cenário do massacre de 400 africanos pelas tropas portuguesas em 16 de Dezembro passado, situa-se a cerca de 19 milhas ao sul de Tete, na parte NW de Moçambique. Os missionários espanhóis com quem falámos em Madrid - alguns dos quais passaram 12 anos em Moçambique - conhecem perfeitamente a aldeia.

Os padres de Burgos, cujo relato dos massacres foi reproduzido pelo Times, estão absolutamente seguros da localização da aldeia. Este ponto, uma vez esclarecido, confirma a veracidade da narrativa. O padre Miguel Antoni, da Congregação dos Padres de Burgos, que trabalhou alguns anos na missão de S. Pedro perto de Tete, disse-nos estar disposto a acompanhar qualquer comissão internacional para indicar o local exacto.

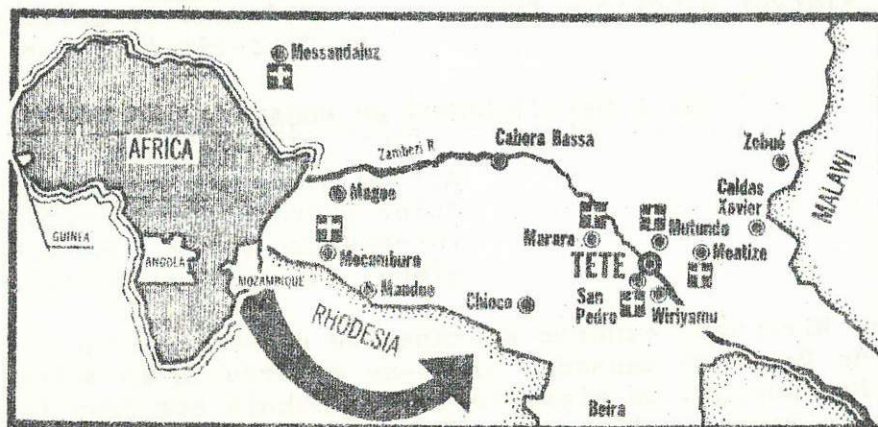
Não conseguimos esclarecer as primeiras afirmações de que a aldeia se situaria mais para oeste, junto da fronteira com a Rodésia. Estas parecem ter emanado de fontes militares em Moçambique - as mesmas que depois negaram a existência da aldeia. Ontem, após 24 horas de reflexão, a Embaixada de Portugal em Londres não foi capaz de nos confirmar ou de negar a nova localização. Segundo nos explicaram, devíamos pedir esclarecimentos a Moçambique.

Só uma investigação imparcial in loco poderá comprovar completamente a veracidade das acusações; todavia é possível desde já estabelecer certos pontos. Primeiro: a política portuguesa baseia-se em medidas draconianas infligidas à população civil encontrada em áreas de guerrilha. Segundo: as presentes alegações - embora tão sangrentas e reveladoras de tanto sadismo - não representam um elemento novo nesta guerra; durante os últimos dois anos uma imensidade de casos semelhantes tem sido revelada pelos missionários católicos. Terceiro: estes missionários estão numa posição única para compilar tais relatos, pois são os únicos civis brancos que podem penetrar sem restrições nestas áreas do interior do país. Quarto: as autoridades portuguesas, na sua tentativa por reduzir ao silêncio dois

dos missionários que mais falaram, foram agora forçadas a declarar, num curto documento, que de facto algo de reprovável tinha acontecido (...).

A estratégia do general Kaúlza de Arriaga, comandante militar de Moçambique, sempre incluiu represálias contra a população civil das zonas onde a guerrilha opera. Em 1966 ele fez em Lisboa uma conferência na qual sublinhava a importância na guerra de África dos "corpos ofensivos" de grande mobilidade, constituídos por "tropas destinadas a punir e a conquistar", apoiadas por forças aéreas de reconhecimento e ataque. Nem sequer disfarça o que significa para ele "punir e conquistar", pois no seu último livro recorda: "Esclarecemos que a não colaboração com as autoridades foi sempre causa de sofrimentos, e muitas vezes de morte, para aqueles que persistem em pertencer aos movimentos anti-portugueses ou para aqueles que lhes dão apoio por loucura ou por medo".

Mas como é que as tropas portuguesas distinguem dos outros aqueles que dão apoio à guerrilha? Há uma regra muito simples, explicou na semana passada o comandante da base militar de Mueda: "Durante os 9 anos desta guerra operámos sempre segundo o princípio de que toda a população civil que vivia nas duas províncias do norte de Moçambique foi agrupada em aldeamentos - aldeias fortificadas - e por isso todas as pessoas que se movimentam nessas áreas pertencem à Frelimo". Isto aplica-se também à província de Tete, cenário do massacre de Wiriyamu. Estes princípios articularam-se bem com as ideias de Kaúlza de Arriaga quando, em Abril de 1970, ele tomou conta do seu cargo - e não aceita que tais ideias sejam discutidas.



As provas de peso vêm das ordens católicas, simplesmente porque só estas possuem missões nas áreas onde a luta é mais acesa: norte e centro oeste de Moçambique. Mas a experiência do clero protestante, no sul, é também elucidativa.

Em 13 de Junho de 1972, foram presos e levados para a prisão de Machava, em Lourenço Marques, 31 pastores e alguns leigos presbiterianos. Nenhum tinha culpa formada e nenhum foi julgado. Eram todos africanos.

Na noite de 10 para 11 de Dezembro, o reverendo Zedequias Manganhela - de 60 anos, presidente do Conselho Sinodal - foi encontrado enforcado na sua cela. Segundo as autoridades, tinha-se suicidado. Isto parece improvável. Tinha vários filhos, era de temperamento forte e as cartas que escrevia da prisão não revelavam o menor desespero. Na Suíça, a sede da confissão a que pertencia informou a opinião pública de que Manganhela só poderia ter-se suicidado sob os efeitos da tortura.

Em 19 de Dezembro as autoridades de Lourenço Marques anunciaram que outro dos detidos, José Sidumo, tinha morrido havia já 5 meses, a 21 de Junho, isto é, 5 semanas depois de ter sido preso. Também ele, segundo as autoridades, se suicidara. Após pressões discretas mas fortes exercidas pela Suíça sobre Lisboa, foi instaurado em Lourenço Marques um inquérito à morte de Manganhela. Em 12 de Abril o juiz presidente do Tribunal da Relação anunciou o veredicto do suicídio. Não foi porém tornado público que o juiz descobrira provas de torturas feitas a Manganhela na prisão. Uma semana mais tarde, também sem publicidade, Lisboa demitia o juiz...

Duas ordens religiosas compilaram durante os últimos dois anos documentos sobre os morticínios praticados pelas tropas portuguesas (dois terços dos soldados portugueses são da metrópole): a primeira foi a dos Padres Brancos, congrega

f.s.B.

ção com sede em Roma. Estes, verificando que lhes era impossível continuarem a sua missionação, deixaram Moçambique em Maio de 1971. Desde então o seu superior regional, padre Cesare Bertulli, que vive actualmente em Roma, tem sido o principal destinatário dos relatos de massacres mais recentes.

A segunda Congregação foi a dos Padres de Burgos, com sede em Madrid - os quais coligiram a narrativa sobre Wiriyamu. Este relato foi escrito por um grupo de padres que vivia perto de Tete, sendo redigido três semanas depois do massacre, isto é, com data de 6 de Janeiro, e foi recebido em Madrid em Março. Foi este documento que o padre Hastings publicou no Times. A sua veracidade será melhor apreciada se examinarmos os primeiros relatos dos padres de Burgos.



DISTRITO DE TETE

- 4, 7 e 8 de Maio de 1971 - 30 mortos (pela tropa portuguesa)
  - 3 e 5 de Setembro de 1971 - 15 mortos (pela tropa rodésiana)
  - 10 de Outubro de 1971 - 19 mortos (pelos Grupos Especiais)
  - 2, 3 e 4 de Novembro de 1971 - 23 mortos (por um grupo de 40 comandos)
- Estas chacinas de populações civis foram praticadas na região de MUCUMBURA, atingindo as aldeias de Capinga, Cataxe, Mahanda, António, Mandué, Marara, Boroma, Matundo, Moatize, Daque e região de Buxo.
- 16 de Dezembro de 1972 - Grupos Especiais e "Flechas" da DGS chacinam 53 pessoas (das quais 42 identificadas) em CHAWOLA e mais de 400 (das quais 128 identificadas) em WIRIYAMU e João (Juwau).

Em Maio de 1971, dois padres espanhóis desta congregação, Alfonso Valverde e Martin Hernandez, da missão de Mucumbura perto da fronteira da Rodésia, começaram secretamente a catalogar atrocidades cometidas contra os africanos. Em Novembro desse ano tinham registado 85 vítimas, possuíam nomes e fotografias, e tinham eles próprios enterrado muitas delas. O seu primeiro relato foi lido numa reunião do conselho presbiteral de Tete, na qual se decidiu que o padre português Luís Afonso da Costa ficaria encarregado de dar a conhecer ao mundo estes crimes. Valverde e Hernandez continuaram a colher provas, elaboraram um outro dossier e entraram na Rodésia. As autoridades rodésianas prenderam-nos em 31 de Dezembro de 1971.

Parte do dossier foi publicado na revista dos jesuítas espanhóis Hechos y Dichos em Março de 1972. Teve pouco impacto. A hierarquia portuguesa ficou apenas aborrecida e o Vaticano pouco se inquietou. Como dizia o superior geral dos Padres de Burgos, "ninguém lê as revistas da Igreja".

Entretanto, as actividades do padre Afonso da Costa foram descobertas pela polícia portuguesa. Deram-lhe a escolher: ou sair de Moçambique ou ir para a cadeia. Partiu de Moçambique a 19 de Maio de 1972 e durante quase um ano percorreu a Europa dando a conhecer o que os padres presenciavam em África. Presentemente encontra-se exilado no Perú.

Dois padres portugueses voltaram a levantar em Moçambique o assunto dos massacres em 1 de Janeiro de 1972, Dia Mundial da Paz. Na missa da tarde, na paróquia de Macúti da cidade da Beira, o padre Joaquim Teles Sampaio prêgou sobre o tema: "se queres a paz trabalha pela justiça". O seu sermão chocou a comunidade branca. "Sabemos dos acontecimentos em Cabo Delgado e Tete. Sabemos por testemunhas oculares que em Novembro de 1971 um grupo de 40 comandos chegou à região de Mucumbura, queimando e destruindo tudo à sua passagem. Mais de 50 palhotas foram queimadas. Em 4 de Novembro, 16 mulheres e crianças, cujos nomes possuímos, foram fechadas numa palhota e queimadas vivas pelas forças da paz e da ordem. Conhecemos ainda muitos outros casos que, pela sua brutalidade, até temos vergonha de mencionar. Eles atormentam a nossa consciência de homens e de cristãos e a nossa consciência importa mais que o fervor nacionalista ou imperialista. Não fazemos nada, não protestamos contra tais barbaridades, uns por medo, outros por interesses económicos, outros porque não estão, ou não querem estar, bem informados...".